

INCLUSÃO ESCOLAR E DIREITO À EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZEM OS PROFESSORES ESPECIALIZADOS

Sumika Soares de Freitas Hernandez-Piloto
SEME/PMV
sumika.freitas@gmail.com

Sonia Lopes Victor
PPGE/CE/UFES

sonia.victor@hotmail.com

Eixo 1-Do direito à Educação: Políticas de Acesso, Permanência e Qualidade Social
Comunicação Oral

Resumo: O estudo exploratório com professoras especializadas, atuantes nas instituições de educação infantil, com gestoras da educação infantil e especial e com gestor de formação no âmbito do Sistema Municipal de Educação de Vitória/ES, permite examinar as concepções de inclusão escolar e direito à educação que permeiam o cotidiano da educação infantil. De abordagem qualitativa, com análise documental e bibliográfica, a pesquisa utiliza entrevistas semiestruturadas e encontros em formato de grupo focal de formação colaborativa. A partir dos estudos da abordagem histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica, os dados analisados comprovam que as professoras sinalizam tensões na compreensão crítica das concepções de direito à educação e à inclusão escolar, nas respostas e nos debates sobre as temáticas. De certo modo, as narrativas apontam a necessidade de avanço na concepção do direito à qualidade da educação especial, porém, sobre inclusão escolar na perspectiva de uma educação inclusiva, emancipadora e libertadora, observa-se que necessitam de aprofundamento para uma formação que potencialize a articulação entre as concepções específicas e, de forma geral, sobre educação, direito à educação e à inclusão escolar. Existem intensos investimentos nos processos de formação continuada, porém desenvolvida com os professores especializados. É preciso que os processos formativos tenham inter-relação com todos os sujeitos que vivenciam a escola inclusiva. O ecletismo das professoras especializadas sobre o desenvolvimento infantil fragiliza a concepção de direito à educação e à inclusão escolar. Não se conhece a especificidade das práticas curriculares da educação infantil na interface com a área da educação especial, ocorrendo uma concepção apenas biopsicológica de criança, presente no desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos.

Palavras-chave: Trabalho docente na Educação Especial. Inclusão Escolar na

perspectiva inclusiva. Direito à qualidade da Educação Especial.

Introdução

Desde 1988 até aqui, houve o reconhecimento da intensa aprovação de marcos legais, fortalecendo o campo da educação infantil e educação especial quanto ao direito à educação. Muitos desses marcos estão promovendo a articulação entre essa etapa e essa modalidade de ensino, direcionados às crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses na educação infantil, por meio da implementação e do acompanhamento das políticas educacionais inclusivas.

Nessa direção, consideramos para investigação os dados históricos, políticos e estatísticos do município de Vitória, que vem, ao longo dos últimos anos, ampliando as Políticas de Educação Especial nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Segundo os estudos de Gobete (2014), o município investe na ampliação e no reconhecimento da Política de Educação Especial desde 1989, com efetiva implementação no ano de 1991:

[...] foi na primeira gestão municipal pós Carta Constitucional de 1988 que a Secretaria de Educação de Vitória dispensou atenção para a elaboração de um Programa de Educação Especial, com a criação de um setor específico e com a contratação de profissionais especializados, iniciativa até então inexistente na Rede Pública Municipal de Ensino desse município (GOBETE, 2014, p.22).

No decorrer desse processo histórico, com a aprovação da PNEE-PEI (2008), de notas técnicas, resoluções e decretos, o município ampliou as discussões e os encaminhamentos a respeito de uma Política de Educação Especial Municipal. Com a regulamentação da dupla matrícula (uma no ensino regular, outra no AEE) do grupo desses alunos específicos, o município também passou a redimensionar suas ações na garantia do direito à educação. Ademais, a Política Municipal avançou no sentido de problematizar o AEE nos turnos com a presença e a atuação de professores especializados, articulados com os professores regentes na sala regular. Essa organização é caracterizada em toda a rede de ensino municipal de Vitória, desde o atendimento da educação infantil

à educação de jovens e adultos.

Assim, com os avanços na área das políticas voltadas à educação especial, no âmbito municipal, por meio da possibilidade de acompanhamento e efetivação da Política de Educação Infantil, no período de 2008 a 2012, anos em que foi ampliado o atendimento na Educação Infantil e implantado o Ensino Fundamental de 9 anos¹, podemos perceber como o município acompanhou as implementações de ambas as políticas no sentido de garantia do direito à educação.

Com a ampliação da obrigatoriedade da escolarização das crianças de 6 anos, debatida a partir da implementação do Ensino Fundamental de 9 anos, em 2010, e do inciso I do art. 208 da Constituição Federal (CF) (BRASIL, 1988), conforme redação dada pela Emenda Constitucional nº 59/2009, que assegura a educação obrigatória de 4 a 17 anos de idade; ainda de acordo com a CF e com a Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 (BRASIL, 1996), o município é o ente da federação prioritariamente responsável pela etapa de educação infantil. Assim, é visível que a ampliação da obrigatoriedade para a faixa etária de 4 e 5 anos tem provocado novas/outras formas de reorganização do sistema educativo, para cumprimento desse preceito legal, requerendo dos municípios diferentes estratégias no acesso e na permanência das crianças na educação infantil.

Nesse sentido, percebe-se, mediante o avanço da legislação e das pesquisas, que a maioria dos municípios brasileiros tem direcionado as políticas locais para

¹ Assegurar a todas as crianças um tempo mais longo no convívio escolar, mais oportunidades de aprender e um ensino de qualidade: esta é a proposta do Ministério da Educação (MEC) com a implantação do ensino fundamental de nove anos. A intenção é fazer com que aos seis anos de idade a criança esteja no primeiro ano do ensino fundamental e termine essa etapa de escolarização aos 14 anos. A ampliação do ensino fundamental começou a ser discutida no Brasil em 2004, mas o programa só teve início em algumas regiões a partir de 2005. O prazo para a ampliação do ensino fundamental de nove anos em todo o Brasil foi até 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ensino-fundamental-de-nove-anos>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

garantir o direito à educação de crianças público-alvo da educação especial na etapa da educação infantil. Para tanto, consideram os apoios e os recursos da educação especial, por meio do atendimento educacional especializado, como fundamentais ao processo de escolarização dessas crianças.

Entre os municípios brasileiros que têm garantido esse direito, temos o de Vitória/ES, onde o acesso das crianças tem correspondido a quase 100%, conforme dados estatísticos apresentados pelo IBGE na educação infantil. O município de Vitória, gradualmente, entre o período de 2013 e 2016, teve o seguinte número de matrículas na Educação Infantil, conforme a Tabela 1:

Tabela – Quantitativo de estudantes da rede municipal de Vitória/ES (2013-2016)

Ano	Educação Infantil		
	Total	Creche	Pré-Escola
2013	15.944	9.445	6.499
2014	16.470	9.800	6.670
2015	16.803	9.981	6.822
2016	17.234	10.360	6.874

Fonte: Sistema de Gestão Escolar/Prefeitura Municipal de Vitória (2016).

Em 2016, o município contou com 101 (cento e uma) unidades de ensino: 48 (quarenta e oito) Centros Municipais de Educação Infantil, 52 (cinquenta e duas) Escolas Municipais de Ensino Fundamental e 1 (uma) Escola Municipal de Ensino Fundamental na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Mediante o andamento da Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no município, há avanços no campo quanto ao aumento no número de matrículas na sala regular a partir de 2010. Podemos perceber na Tabela 3 que,

até 2009, ainda havia matrículas nas instituições especializadas.

Tabela – Matrículas nas escolas regulares das crianças público-alvo da educação especial na educação básica (Vitória/ES) ²

Ano	Classes Comuns		Classes Especiais		Instituições especializadas	
	%	Matrículas	%	Matrículas	%	Matrículas
2007	52,7%	784	0%	0	47,3%	705
2008	63,4%	1.074	0%	0	36,6%	620
2009	68,7%	1.194	0%	0	31,3%	545
2010	100%	1.518	0%	0	0%	0
2011	100%	1.600	0%	0	0%	0
2012	100%	1.724	0%	0	0%	0
2013	100%	1.580	0%	0	0%	0
2014	100%	1.590	0%	0	0%	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar (2014).

Nota: Elaboração do Observatório Nacional do PNE.

Conforme dados da rede municipal de Ensino de Vitória, em 2014 havia um total de 1.580 crianças e adolescentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados nos turnos regulares e no contraturno das escolas. Em especial, na etapa da educação infantil, a partir de 2010, há concentração de matrículas de 100% nas salas de ensino regular no município de Vitória, conforme Tabela 4.

² Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/4-educacao-especial-inclusiva/dossie-localidades>>. Acesso em junh.2015.

Tabela – Modalidade Educação Especial na Educação Infantil

Ano	Classes Comuns		Classes Especiais		Instituições especializadas	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº
2007	36,7%	95	0%	0	63,3%	164
2008	44,3%	136	0%	0	55,7%	171
2009	49,7%	172	0%	0	50,3%	174
2010	100%	160	0%	0	0%	0
2011	100%	164	0%	0	0%	0
2012	100%	174	0%	0	0%	0
2013	100%	167	0%	0	0%	0
2014	100%	203	0%	0	0%	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar (2014).

Nota: Preparação do Observatório Nacional do PNE.

Mediante tal análise, pode-se observar que, após 2010, o município passa a um atendimento de 100% das crianças indicadas à educação especial na educação infantil nas classes comuns.

O Plano de Ação da equipe de formação em educação especial sistematiza, em seu relatório de gestão 2013-2016, a oferta de formação continuada aos profissionais da rede de ensino de Vitória, que atuam diretamente com as crianças/estudantes público-alvo, ao longo desses anos de vigência. Nessa direção, afirmam que a formação tem sido

[...] organizada a partir da necessidade de professores e pedagogos, com a finalidade de afinar as ações didático-pedagógicas do turno e do contraturno, assumida como um processo que se efetiva em diálogo com as teorias educacionais mais atuais e a reflexão crítica das questões que constituem o fazer docente (VITÓRIA, 2016a).

O avanço do entendimento da concepção de direito à educação e de inclusão escolar, principalmente relacionado ao debate e ao aprofundamento desses conceitos nos processos de formação continuada no município com os professores especializados, no caso da educação especial, tem contribuído para o aprimoramento da compreensão dessas concepções por esses profissionais. Considerando que o município de Vitória garantiu a meta de acesso de quase 100% de crianças nas instituições de educação infantil, com aumento de matrículas na educação especial, investindo, sobretudo, em política de formação de professores de educação especial, partimos da tese de que esses professores apresentam melhores condições formativas para uma compreensão crítica dos conceitos de inclusão escolar dessas crianças e seu direito à educação, ao debaterem temáticas relacionadas a esses conceitos.

Nossa problemática apresenta-se delineada na seguinte questão: será que municípios que conseguiram cumprir a meta de acesso de crianças público-alvo da educação infantil, investindo, sobretudo na formação de professores de educação especial, estão tendo melhores condições de compreensão crítica desses professores quanto à inclusão escolar e ao direito à educação dessas crianças? Assim, formulamos a nossa proposta de investigação, a qual objetiva analisar os conceitos de inclusão escolar e de direito à educação de crianças público-alvo de educação especial na educação infantil, presentes no debate de diversas temáticas evidenciadas nos discursos de professores de educação especial, de um município que conseguiu atender a meta de acesso dessas crianças nessa modalidade de ensino nas creches e pré-escolas.

Abordagens teórico-metodológicas da pesquisa

A presente investigação consiste em um estudo exploratório, com análise documental, entrevistas e grupos de formação colaborativa, com abordagem qualitativa, desenvolvida no âmbito do Sistema Municipal de Educação de Vitória, com as professoras especializadas e gestoras da educação especial que

atuam na educação infantil, a fim de analisar as concepções de inclusão escolar e direito à educação que permeiam o cotidiano da educação infantil.

Seguem os objetivos específicos:

- analisar as políticas educacionais desenvolvidas, no município pesquisado, quanto aos conceitos de direito à educação e de inclusão escolar e à formação de professores especializados para atender o público da educação especial em instituições de educação infantil;
- compreender os conceitos de direito à educação e de inclusão escolar supostamente presentes nos discursos dos professores de educação especial durante encontros de formação colaborativa;
- investigar como os professores de educação especial estão analisando temáticas relacionadas ao direito à educação e à inclusão escolar de crianças público da educação especial em instituições de educação infantil;

Apresentam-se, ao longo do trabalho, reflexões pautadas no referencial teórico da abordagem histórico-cultural, por meio dos escritos de Vigotski³ e de seus colaboradores, como também reflexões baseadas na pedagogia histórico-crítica, por meio dos estudos de Saviani e demais pesquisadores, que trabalham com essa fundamentação, porque as julgamos como mais propositivas ao permitirem uma compreensão muito consistente da interdependência dos termos entre possibilidades do educando e responsabilidade do meio social. Ademais, essas teorias nos permitem também analisar a formação do professor por meio de conhecimentos críticos que favorecem a compreensão da realidade e à transformação social.

Como estratégias metodológicas, realizamos, em um primeiro momento, o levantamento bibliográfico de pesquisas sobre inclusão escolar e direito à

³ A grafia do sobrenome do autor pode ser encontrada de diferentes formas. Optamos por essa forma, pois se aproxima mais da grafia em português.

educação das crianças público-alvo da educação especial na educação infantil, no período⁴ de 2008 a 2016, no banco de dados de dissertações e teses na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES). Foram utilizados, para essa busca, um total de quatro descritores: inclusão escolar, direito à educação, educação especial e educação infantil.

Revisão bibliográfica

No banco de dados de dissertações e teses da BDTD foi encontrado um total de 320 trabalhos relacionados, contudo, no cruzamento de dados dos descritores, foram localizados 17 trabalhos com categorias que se aproximam do debate aqui proposto, tais como inclusão escolar, direito à educação, acesso e permanência da criança da educação especial na educação infantil, práticas pedagógicas na educação infantil e educação especial, professores da educação infantil e da educação especial, trabalho colaborativo, formação.

Primeiramente, no levantamento do banco de teses e dissertações do PPGE/UFES, encontrou-se um total de seis dissertações e três teses, a partir dos descritores no cruzamento dos dados. São os descritores selecionados e já mencionados: direito à educação, inclusão escolar, educação especial e educação infantil. Em síntese, são os trabalhos dissertativos de Maciel (2016), Botti (2016), Oliveira (2014), Gonring (2014), Marchiori (2012) e Moura (2009) e as teses de Melo (2016), Gobete (2014) e Silva (2014). Entre os nove trabalhos acadêmicos encontrados na revisão, cinco deles debatem o descritor “direito à educação” e apenas dois estão no campo da “educação especial”. São os

⁴ O período eleito para a busca de dados foi de 2008, ano de aprovação da Política Nacional de Educação Especial, até o ano de 2016, ano de aprovação da Política Municipal de Educação Especial.

trabalhos de Botti (2016) e Oliveira (2014). Dessas duas pesquisas, a dissertação de Botti (2016) discute o direito à educação, a educação especial e a interface com a educação de jovens e adultos. Já o trabalho de Oliveira (2014) apresenta o debate sobre a interlocução entre direito à educação e educação infantil.

No entanto, em nosso processo investigativo, foram selecionados quatro trabalhos acadêmicos, uma vez que, entre eles, há quatro pesquisas cujo lócus de desenvolvimento é o município de Vitória. São as pesquisas de Moura (2009), Marchiori (2014), Oliveira (2014) e Gonring (2014). Os trabalhos de Moura (2009), Marchiori (2014) e Oliveira (2014) apresentam o descritor “direito à educação”. Já o trabalho de Gonring (2014) apresenta o descritor “inclusão escolar na educação infantil”.

O trabalho que nos interessa nessa busca investigativa é a tese de Silva (2014), por examinar a interface entre educação infantil e educação especial no município de Vitória. Silva (2014) tentou analisar as interfaces das políticas públicas sociais — educação especial e seguridade social — no que se refere à garantia de direitos à educação de crianças com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, entre zero e cinco anos, no município de Vitória/ES. Teve como metodologia a pesquisa de natureza qualitativa, estudo de caso com coleta de dados empíricos e bibliográficos, cujos sujeitos participantes foram mães de três crianças de três CMEI de Vitória; professoras da sala de atividades e de educação especial, pedagogas e diretoras; técnicos das Secretarias Municipais de Vitória — Educação, Saúde e Assistência Social e do Instituto Nacional do Seguro Social. As técnicas empregadas para coleta de dados consistiram em entrevista, grupo focal e diário de itinerância. Foram procedimentos adotados para o registro dos dados a audiogravação de entrevistas e de grupos focais e anotações em diário de itinerância.

Os resultados de Silva (2014) apontam para a fragilidade de conhecimento sobre o transtorno global do desenvolvimento, no município de Vitória. Revelam, ainda, inconsistência de fluxos de referência e contrarreferência, bem como lacunas na

dimensão técnica e operativa para as interfaces entre políticas públicas intersetoriais e práticas profissionais que cumpram o papel político, conforme outorga a legislação federal e municipal. As considerações se ampliam para discussões entre o instituído e o instituinte — políticas públicas e práticas profissionais — que priorizem a efetivação da intersectorialidade diante das demandas do público investigado, com vista à garantia dos direitos de acesso a uma educação de qualidade.

A partir dos descritores que nortearam o levantamento bibliográfico, apresentaram-se uma tese e duas dissertações relacionadas ao contexto de interface entre a educação especial e educação infantil, especificamente no município de Vitória/ES. São os trabalhos de Silva (2014), Oliveira (2014) e Gonring (2014). Cabe ressaltar que na pesquisa no âmbito da BDTD, também essas pesquisas se destacaram no que se refere ao município de Vitória. As três propostas investigativas são do banco de dados da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Podemos concluir, em nosso estudo de revisão de literatura, que na articulação dos quatro descritores — inclusão escolar, direito à educação, educação especial e educação infantil — analisamos a dissertação de Oliveira (2014) e a tese doutoral de Silva (2014) desenvolvida no município de Vitória. O debate do direito à educação tem permeado nos últimos anos as pesquisas do PPGE/UFES. Nos trabalhos de Marchiori (2014), Gonring (2014) e Oliveira (2014) sobre o direito à educação e a educação infantil, os autores discutem o direito à educação e destacam a concepção da criança como sujeito de direitos, tal como preconiza a Carta Magna brasileira.

Em especial, a pesquisa de Silva (2014) foca os aspectos relacionados ao acesso e à permanência em articulação com as políticas intersetoriais, sinalizando a fragilidade na fidelidade dos dados de interlocução das políticas públicas com impacto no direito à educação. A dissertação de Oliveira (2014) concentra-se no debate das crianças público-alvo da educação especial de 0 a 3 anos, não ampliando a toda a educação infantil. Aponta duas questões a

considerar em nosso processo investigativo. A primeira, diz respeito à concepção de inclusão escolar que já apresenta que os professores afirmam a importância do direito à educação das crianças público da educação especial; na segunda questão a necessidade de um número maior de profissionais especializados com destaque no debate curricular.

O direito à qualidade da educação especial e a inclusão escolar na educação infantil

A presente investigação se diferencia das pesquisas analisadas, uma vez que são averiguadas atentamente as concepções das professoras especializadas sobre inclusão escolar e direito à educação das crianças público-alvo da educação especial no cotidiano da educação infantil, compreendendo o direito à educação como uma ampla articulação entre o acesso, a permanência e a qualidade da educação. Examina-se a fundo o debate do direito à qualidade da educação, conforme apresentado na tese de Ximenes (2014a). Não é aprofundado o amplo conceito de qualidade, mas como o conceito de apropriação está dentro da qualidade. Para tanto, dialoga-se com o referencial teórico sobre como as crianças público-alvo da educação especial estão se apropriando desse conhecimento e como ocorrem as condições de valorização dos profissionais da educação, com destaque nos processos formativos.

No parágrafo 1º do artigo 62 da LDB regulamenta que a “[...] União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais do magistério” (BRASIL, 1996). Assim, falar em qualidade na educação básica implica a valorização profissional, sustentada pelo tripé formação, condições de trabalho e remuneração; tal como se apresenta no documento-referência da CONAE 2014 e na Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014 (PNE). Os processos formativos são potencializados nas práticas pedagógicas que buscam estreita relação com uma proposta curricular que se consolida na perspectiva da

ampliação dos diferentes processos de aprendizagem e apropriação do conhecimento, ou seja, na mediação pedagógica com as crianças público-alvo da educação especial no cotidiano da educação infantil.

Este trabalho se apoia nos estudos de Cury (2009) e Ximenes (2014a), mas não aprofunda o amplo conceito de qualidade, embora estabeleça um diálogo sobre como esse conceito se vincula aos processos formativos e ao referencial teórico, a partir da abordagem histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica, sobre como as crianças público-alvo da educação especial estão se apropriando desse conhecimento; como ocorrem as condições de valorização dos profissionais da educação, com destaque na formação.

Resultados da investigação

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que restringiu os gastos públicos por 20 anos, o município intensificou, nesse momento, sua capacidade de planejamento e execução de orçamento, garantindo a agenda e a aprovação do Plano Municipal de Educação, em que as duas pautas — educação infantil e educação especial — apresentam metas e estratégias em revisão. No período de realização da pesquisa exploratória acompanhamos os processos formativos de 2015 a 2016 e tivemos acesso a um banco de dados de ações e planejamentos das formações continuadas, realizadas de modo intenso ao longo dos dois anos, e ainda observamos a aprovação da Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no município de Vitória e sua normatização via resolução.

Esse é o cenário a ser descrito até o momento, uma vez que a pesquisadora atualmente encontra-se nos processos de acompanhamento, em âmbito nacional, como membro no Fórum Nacional Popular de Educação (para o qual houve votação quando fui eleita para atuar), não compactuando com o desmonte realizado com aprovação de portaria e decreto de alteração do FNE por parte do

MEC, como também acompanha os processos formativos na SEME.

Os passos para a finalização da pesquisa se delinearão para aprofundar as análises das concepções sobre direito à educação e inclusão escolar, a partir das narrativas apresentadas pelas professoras participantes nos encontros formativos. Nossa problemática apresentou-se traçada na seguinte questão: no município, que conseguiu cumprir com quase 100% de atendimento na meta de acesso de crianças na faixa etária da educação infantil, com aumento de matrículas na educação especial, investindo, sobretudo na formação de professores da educação especial, as (os) professoras (es) estão tendo melhores condições de compreensão crítica quanto à inclusão escolar e o direito à educação dessas crianças?

Após análises dos dados, concluímos que as professoras apresentam fragilidades, ou seja, tensões na compreensão crítica das concepções de direito à educação e inclusão escolar investigados, ao debaterem as temáticas apresentadas. Não demonstram melhores condições de compreensão crítica dos conceitos investigados, apesar das políticas municipais parecerem ter investimentos nas aprovações das legislações e normas que, em nível nacional, também avançaram nos últimos anos. Necessitam aprofundar o debate da qualidade do direito à educação especial no município (insumos necessários à qualidade da educação, trabalho docente, formação coletiva, currículo). Destacamos que o município parece ter investimentos nos processos de formação continuada intensamente, porém desenvolvida, majoritariamente, com os professores especializados.

As professoras narram sobre as dificuldades delas e principalmente dos demais professores e profissionais na escola, na compreensão do sentido e significado sobre o direito à educação, com impacto na compreensão de inclusão escolar. Mesmo com avanço na matrícula na modalidade, existe a fragilidade na especificidade da modalidade, ou seja, a política de educação especial na

perspectiva inclusiva, principalmente o AEE, ainda luta pelo reconhecimento das crianças público-alvo da educação especial no espaço e tempo da escola e, em nosso caso, na educação infantil. A compreensão de inclusão escolar, aliada ao reconhecimento do trabalho docente da educação especial, é observada em sua fragilidade, a partir das concepções analisadas. Crianças e professoras tem sido invisibilizadas nos espaços e tempos escolares, nos projetos pedagógicos e nas ações pedagógicas.

Em nosso caso de pesquisa, desdobramos a categoria “trabalho docente” em duas dimensões: no trabalho colaborativo e no trabalho pedagógico, significando, assim, um campo de tensão, na compreensão de seus distintos significados na educação. As professoras relatam dificuldade na compreensão, tanto delas quanto dos demais professores e profissionais na escola, sobre o trabalho docente a ser desenvolvido, dobre suas atribuições e sobre as tensões na oferta e na execução dos serviços de apoio. É importante tratar a formação do professor como subsídio essencial para a formação das crianças/estudantes, entendendo essa relação como um dos processos dialéticos historicamente produzidos, em que professor e criança, na prática educacional, podem ser considerados agentes ativos no processo de transformação social no contexto educacional inserido.

As políticas formativas são necessárias para a implementação da garantia do direito à qualidade da educação e no aprofundamento do princípio da educação inclusiva nos processos de inclusão escolar nas políticas educacionais, porém não únicas. Em nossa investigação, mesmo com a aparência de um grande investimento na formação continuada, existe apenas um grupo potencializado no debate do direito à educação e inclusão escolar das crianças público-alvo da educação especial na educação infantil: os professores especializados. Urge, portanto, que os processos formativos tenham inter-relação com todos os sujeitos que vivenciam a escola inclusiva.

A compreensão teórica eclética sobre o desenvolvimento infantil fragiliza a concepção de direito à educação e inclusão escolar, vistas pelas professoras na investigação. A criança, como sujeito de direitos, é defendida pelas especialistas, porém “um vir a ser”, com projeção de desenvolvimento para o futuro e com impactos no debate curricular. Não se conhece a especificidade das práticas curriculares da educação infantil na área da educação especial, ocorrendo uma compreensão apenas biopsicológica de criança, presente no desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos.

Desse modo, podemos considerar que a apropriação do conhecimento ocorre, de modo dialético, entre a formação do professor e a aprendizagem da criança inserida no cotidiano escolar, aliado às condições objetivas (MARX; ENGELS, 2006) somadas, já sinalizadas para a garantia do direito à educação, tal como se apresenta o debate do Custo Aluno-Qualidade e a defesa da qualidade social da educação. Possibilita-se, assim, dentro do campo de interlocução, a efetiva apropriação do conhecimento por parte da criança/estudante da educação especial.

Será importante o município intensificar os estudos sobre o custo dos estudantes nas etapas e modalidades, a partir de sua realidade local e em consonância com o indicativo do plano municipal de educação. Assim, reafirmam-se as reflexões, já pautadas por Cara e Hernandez-Piloto (2016), que é a partir de insumos como número médio de alunos por turma, pagamento do piso nacional salarial do magistério, política de carreira e de formação continuada para os profissionais da educação, bibliotecas e salas de leitura, laboratórios de ciências, laboratórios de informática, quadras poliesportiva cobertas, brinquedotecas para todas as creches, pré-escolas e escolas dos anos iniciais do ensino fundamental que estaremos incidindo em uma proposta de justiça federativa acerca da garantia de recursos para o desenvolvimento de projetos pedagógicos.

Quanto à tese aqui apresentada, considerando que o município de Vitória/ES

garantiu a meta de acesso de quase 100% de crianças nas instituições de educação infantil, com aumento de matrículas na educação especial, investindo, sobretudo em política de formação de professores de educação especial, acreditava-se que esses professores apresentassem melhores condições formativas para uma compreensão crítica dos conceitos de inclusão escolar dessas crianças e seu direito à educação, ao debaterem temáticas relacionadas, porém verificou-se que existem tensões e distintas compreensões dos sujeitos que praticam o cotidiano da educação especial na educação infantil. Como considerações finais, constatou-se que, apesar do aumento de matrículas na educação especial, o município tem como desafio o avanço de matrículas no atendimento educacional especializado na educação infantil e ainda reorientação dos registros de acesso à matrícula na modalidade pela equipe e pelo setor de planejamento, garantindo assim o efetivo registro da modalidade e exata equalização nos dados apresentados, sem possibilidade de desajustes em dados para o sistema.

Quanto ao avanço nas legislações e normativas de ambas as políticas (educação especial e educação infantil), é importante considerar que, com a aprovação da resolução e da política municipal de educação especial, urge que tais legislações ocupem os processos formativos, pois apresentam a concepção do direito à educação e inclusão escolar, necessitando incorporar o debate do direito à qualidade da educação em uma perspectiva inclusiva. Sobretudo na política de formação continuada, mesmo com o aumento no investimento e planejamento na área específica, faz-se necessário intensificar a política de formação em uma perspectiva inclusiva crítica e com profundidade, no debate curricular, para as questões voltadas ao direito à qualidade da educação, também direcionadas à concepção de inclusão escolar para todos (as) os (as) professores (as) e profissionais com atuação no lócus da escola em uma perspectiva da educação inclusiva, não incorrendo em apenas ampliar a especificidade da área, sem o que pode-se delinear o retorno dos processos formativos pelo viés médico-psicológico, potencializando a deficiência em si.

Debater sobre o trabalho docente na educação especial; sobre a formação continuada das (os) professoras (es) e a formação da personalidade das (os) professoras (es) ; sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem, articulados com os processos curriculares da educação especial na educação infantil e, ainda, considerar os insumos necessários ao direito à educação especial compõem temas acerca da concepção de direito à qualidade da educação, em total articulação com a inclusão escolar, delineados em nossas investigação, que respondem a problemática de nossa tese.

De certo modo, as narrativas das professoras assinalam a necessidade de avanço na concepção do direito à qualidade da educação, porém na concepção de inclusão escolar na perspectiva de uma educação inclusiva, emancipadora e libertadora, há fragilidade na compreensão crítica que, por meio de processos formativos, necessitam de aprofundamento para uma formação que potencialize a articulação entre as concepções específicas e as gerais sobre educação, entre direito à educação e inclusão escolar. As políticas de formação demandam pautas e devem se fortalecer a compreensão de uma formação para si (como uma formação teórica que fortaleça o trabalho do professor), não uma formação em si, ainda muito presente no percurso formativo, ou seja, uma formação racional e operacional, não propiciando a compreensão crítica do direito à qualidade da educação e da inclusão escolar.

Referências

ADRIÃO, T.; GARCIA, T. Subsídio público ao setor privado: reflexões sobre a gestão da escola pública no Brasil. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 110-122, 2014.

AGUIAR, M. A. S.; OLIVEIRA, J. F. Valorização dos Profissionais da Educação: condições e relações de trabalho. **Caderno Temático 7**. Camaragibe/PE: CCS Gráfica e Editora, 2016. (Série Cadernos ANPAE). v. 32.

ALBUQUERQUE, S. S.; FLORES, M. L. R. Assessoramento técnico-pedagógico aos municípios que aderiram ao Proinfância: demandas da Educação Infantil. In:

XVI ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 16., Fortaleza, 2014. **Anais...** Fortaleza: ENDIPE, 2014.

AINSCOW, M. Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada? In: FÁVERO, O.; FERREIRA, W.; IRELAND, T.; BARREIRO, D. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009. p.11-23.

ALMEIDA, M. L. A contribuição da pesquisa-ação para os modos de conceber/fazer a formação e a prática do professor do Atendimento Educacional Especializado. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL. PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: MULTIPLICIDADE DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, 4., 2011, Nova Almeida. **Anais...** Nova Almeida, 2011. 1 CD-ROM.

ARAÚJO, R. L. S. **Limites e possibilidades da redução das desigualdades territoriais por meio do financiamento da educação básica**. 2013. 401 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ARAÚJO, L. **O CAQi e o novo papel da união no financiamento da Educação Básica**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

ARRETCHE, M. (Org.). **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: UNESP; CEM, 2015.

ALVARADO-PRADA, L. E.; FREITAS, T. C.; FREITAS, C. A. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 30, p. 367-387, 2010.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Marxismo e linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BAPTISTA, C. R. A Política Nacional de Educação Especial no Brasil: passos para uma perspectiva inclusiva? In: MARTINS, L. et al. (Org.). **Práticas inclusivas no sistema de ensino e em outros contextos**. Natal: EDUFRRN, 2008. p.19-33.

BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação especial: para além do AEE. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL. MULTIPLICIDADE DO AEE, 6., 2011, Nova Almeida. **Anais....**